COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO N°, DE 2005. (Do Sr. João Alfredo e outros)

Solicitam realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, a fim de tratar do Zoneamento Agrícola na Região Nordeste.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de Audiência Pública, em conjunto comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, a fim de tratar do zoneamento agrícola na Região Nordeste.

Sugerimos que sejam convidados para debater o tema o Senhor Wellington Soares de Almeida, Diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Senhor Walter Bianchini, Secretário de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; o senhor Sílvio Crestana, Diretor – Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; o Senhor Gilnei Viana, Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente; o Senhor Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; o Senhor Antônio Soares Guimarães, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Ceará, a fim de prestarem esclarecimentos sobre o zoneamento agrícola e o Zoneamento Ecológico-Econômico na Região Nordeste.

JUSTIFICATIVA

O Zoneamento Agrícola e o Zoneamento Econômico-Ecológico constituemse em ferramentas importantes para o planejamento das atividades econômicas nas regiões e nos municípios. No entanto, o que se tem observado é, de um lado, a desinformação sobre estas ferramentas e, de outro, a existência de distorções na sua aplicação.

No caso da região nordeste, observou-se que o zoneamento agrícola em vigência para a safra 2004-2005 impossibilita que os agricultores familiares tenham acesso



ao financiamento de determinadas culturas ou atividades agropecuárias em muitos municípios, mesmo havendo condições técnicas, sociais e culturais e ambientais para tanto.

Além do debate sobre as adequações que se fazem necessárias, tendo em vista, inclusive o seguro do risco rural, observa-se ocorrência de mudanças climáticas importantes em regiões tradicionais de produção de grãos, sendo relevante os esclarecimentos sobre os estudos realizados sobre estas mudanças.

Sala da Comissão, em de abril de 2005.

João Alfredo

PT/CE

